

Rixa política impede integração da Grande Vitória

A113650

Rita Tristão

As divergências políticas e de poder continuam constituindo os entraves principais ao bom êxito na integração administrativa do aglomerado urbano da grande Vitória. Contraditoriamente, os prefeitos — responsáveis pela inércia do Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória (Codivit) — defendem a imediata reativação do órgão. O governador

Prefeitos nunca se reúnem para analisar dificuldades

Vitória, Vila Velha, Serra, Viana e Cariacica há muito tempo deixaram de ser municípios isolados para se transformarem numa única cidade onde os limites e os problemas se confundem no dia-a-dia. Ao todo, são 1.461 mil quilômetros quadrados de área, com aproximadamente um milhão de habitantes que reclamam diariamente por melhorias nas condições de vida da população. Os prefeitos das cidades que compõem a Grande Vitória reconhecem que, diante dos inúmeros problemas decorridos do crescimento desordenado da aglomeração urbana, já está passando da hora de se tratar dessas dificuldades de forma integrada. Entretanto, por questões políticas eles nunca não se juntam para analisar os problemas.

Embora desativado e necessitando de alguns ajustes, os prefeitos apontam o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória (Codivit) como o melhor caminho a ser seguido daqui por diante. O órgão foi criado em 1977, porém desde 1965 a proposta já vinha sendo discutida no âmbito estadual. Somente em outubro de 1983 realizou-se a primeira reunião dos seus membros. No segundo encontro, nem todos os prefeitos compareceram, enviando representantes que nada decidiam. A não participação efetiva dos prefeitos serviu para esvaziar o conselho que hoje encontra-se totalmente desativado, juntando-se a inúmeros de outros projetos já engavetados no Palácio Anchieta.

Divergências

De outubro a dezembro de 1983 foram realizadas as quatro únicas reuniões do Codivit. O presidente do órgão, o secretário de Planejamento, Orlando Caliman, diz que tentou reativar o conselho, mas não houve interesse por parte dos prefeitos. "O fato da Grande Vitória também não ser considerada institucionalmente como área metropolitana dificultou, em parte, o funcionamento do Codivit", assinalou

Gerson Camata, por sua vez, confessa estar desanimado e se depender dele o Codivit permanecerá na situação em que se encontra: paralisado. E os problemas comuns aos cinco municípios, tais como transporte coletivo, saúde, educação, abastecimento de água, lixo, poluição, mosquitos, os bolsões de pobreza e ISS, continuarão sem solução, uma vez que só através de uma atuação em conjunto estas dificuldades terão fim.

feito de Viana, Demóstenes Carvalho, não fica fora do jogo, no entanto, pede para deixá-lo de fora. As únicas exceções ficam por conta do prefeito de Vitória, Hermes Laranja, no cargo há apenas três meses, e do interventor de Cariacica, Claudionor Antunes.

Segundo os próprios prefeitos, o Codivit estava caminhando bem, entretanto, as divergências políticas ocorridas entre o prefeito de Vila Velha e o governador Gerson Camata, logo no início da atual administração, serviram para desarticular o conselho, levando-o ao fim. "É uma questão de poder. Eles não abrem mão de parte do poder. Uma vez reunidos para tomarem a decisão, está se limitando o poder", comentou Manuel Martins. Demóstenes Carvalho diz que, na verdade, isto não acontece. "Decidindo-se de forma integrada, divide-se a responsabilidade. Isto é interessante para todos nós", rebateu.

Técnicos

Os cinco municípios que integram a Grande Vitória foram uma área urbana contínua, criando necessidades comuns à cidade grande. Na capital estão concentrados os serviços bancários, os setores públicos e o comércio (nos últimos anos já está se diversificando). As áreas periféricas continuam sendo conhecidas como cidades-dormitórios. "Há necessidade de um acordo supramunicipal para atuar neste contexto. É preciso se tratar os problemas comuns em conjunto e que os prefeitos reconheçam a necessidade de se fazer um desenvolvimento integrado", comentou Manuel Martins.

Para o superintendente do Instituto Jones Santos Neves, os municípios não têm condições técnicas de atuar sobre determinadas dificuldades, exigindo a participação de um organismo — que pode ser o Codivit — na busca de soluções. Na opinião da sub-secretária de Planejamento, Vera Nascif, já está passando da hora do planejamento integrado da Grande Vitória começar a

Nos 5 municípios, os mesmos problemas



Poluição

Para o prefeito de Viana, Demóstenes de Carvalho, o problema da poluição da Grande Vitória deve ser tratado como um todo e nunca de forma isolada — caso contrário, não será resolvido. Atualmente, a Grande Vitória vive sérias dificuldades com a poluição provocada por grandes indústrias. O prefeito de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira Júnior, citou a Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), instalada no município de Cariacica, que não atinge somente os moradores da cidade onde funciona, mas também os de Vila Velha. Em casos como este, ele defende a participação do Estado.



Lixo

O serviço de limpeza pública é de responsabilidade das prefeituras. Entretanto, a disposição final do lixo deve obedecer a uma decisão conjunta, assinalam os prefeitos. Segundo eles, este assunto tem constituído um dos graves problemas da Grande Vitória, uma vez que já estão se tornando escassos os locais para a derrubada do lixo. Recentemente, através de um convênio firmado entre as Prefeituras de Vitória e de Cariacica, o lixo hospitalar da capital está sendo lançado em Caçaroça. Com um planejamento integrado, será possível construir a usina de lixo, defenderam os prefeitos.



Transporte

Entre os problemas considerados comuns a todos os municípios que integram a Grande Vitória, o transporte coletivo é o que ocupa maior destaque, significando motivo de discussão diária nas prefeituras. Os prefeitos admitem que esta questão em hipótese alguma pode ser tratada de forma isolada, uma vez que as linhas de ônibus conflitam numa cidade e outra, principalmente dentro da ilha. Eles apostam no projeto Aglurb (Aglomerados Urbanos), que prevê a implantação de um novo sistema de transporte coletivo para a Grande Vitória (Transcol) como solução para esta grande dificuldade.



Bolsões de pobreza

Apesar de Itanhenga esta localizada no município de Cariacica, não pode ser considerado um problema exclusivo do lugar. Para lá foram moradores de vários bairros da Grande Vitória, transformando a área num grande bolsão de pobreza. Na mesma situação encontram-se os bairros São Pedro (Vitória) e Santa Rita (Vila Velha). Na opinião dos técnicos da Secretaria de Planejamento, este problema precisa ser discutido em conjunto uma vez que interfere diretamente na vida dos cinco municípios da Grande Vitória, em especial no dia-a-dia da capital.



Saúde

O atendimento à comunidade como um todo no setor de saúde poderia ser muito mais eficiente se atacado de forma conjunta, defendem os prefeitos. O prefeito de Viana citou o seguinte exemplo: no bairro Universal foi construído um posto de saúde, entretanto, o maior número de pessoas atendidas é do bairro Beira-Rio (Cariacica). "Se nós cotizássemos, teríamos condições de construir um posto maior". Vasco Alves lembrou que Vila Velha possui um pronto-socorro odontológico que poderia ser utilizado por todos os moradores da Grande Vitória, através de convênio.



Alimentos

A Ceasa é um exemplo típico do trabalho integrado da Grande Vitória. Como mercado atacadista, ela facilita a comercialização de alimentos de origem animal e vegetal, diminuindo os custos de vendas e trazendo imediatos benefícios à população. Localizada na BR-262, a Ceasa-ES tem como objetivo básico reduzir os custos indiretos das organizações que operam no comércio atacadista de distribuição de gêneros alimentícios, criando condições para que ocorram economia de escalas. Na opinião dos prefeitos, o problema surge no varejo, mesmo assim a Ceasa tem cumprido seu papel.



ISS/ICM

A distribuição do ICM não é igual para os municípios que compõem a Grande Vitória. Não existe também uma alíquota única de Imposto Sobre Serviço (ISS) para todos os municípios da região. Segundo o prefeito da Serra, João Batista Mota, o índice do ISS já está leiloado, como forma de atair um maior número de contribuintes. "Há necessidade de se instituir um código tributário único para a área", assinalou. Já o prefeito de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira Júnior, discorda do posicionamento de Mota e diz que isto não é assunto para ser tratado dentro do Codivit.



Telefone

Nem todos os bairros da Grande Vitória são servidos pela água da Cesan. Na opinião dos prefeitos, ao se formalizar um convênio entre as prefeituras toda a população será atendida de forma eficiente. "Através da cotização de verbas e do esforço comum, teremos condições de atender a todos os habitantes", assinalou o prefeito da Serra, João Batista da Mota. Também existem problemas quanto às ligações telefônicas. Apesar das recentes medidas adotadas, o preço de uma ligação ainda é mais alto entre Serra e Vitória do que Vitória e Vila Velha.

o e do transporte coletivo — devem ser tratados em conjunto. "Se trabalharmos juntos poderemos implantar na Grande Vitória a usina de reprocessamento do lixo", assinalou.

Nas reuniões do Codivit os assuntos e problemas comuns eram ampla-

maioria", argumentou Vasco, que também é presidente da Associação de Prefeitos do Espírito Santo e coordenador da Frente Municipalista no Estado.

Quanto à decisão do governador Gerson Camata de deixar de lado o

Ele também aponta como caminho mais curto o Codivit, desde que o órgão passe por alguns ajustes. "Acredito que por excesso de trabalho dos órgãos ligados ao governo, as decisões adotadas pelo Codivit não tiveram uma ação efetiva. E acabou sendo to-

"Nós não conseguiremos daqui por diante viver isoladamente, somente de forma integrada. Isoladamente, nenhum desses municípios conseguirá sobreviver", assinalou.

Questões de segurança e transporte coletivo foram apontadas pelo prefeito

Divergências

De outubro a dezembro de 1983 foram realizadas as quatro únicas reuniões do Codivit. O presidente do órgão, o secretário de Planejamento, Orlando Caliman, diz que tentou reativar o conselho, mas não houve interesse por parte dos prefeitos. "O fato da Grande Vitória também não ser considerada institucionalmente como área metropolitana dificultou, em parte, o funcionamento do Codivit", assinalou Caliman. Os prefeitos respondem à acusação de Caliman e do próprio governador Gerson Camata, dizendo que o problema está justamente na participação do governo como membro, limitando, dessa forma, o poder de decisão dos administradores dos municípios.

A subsecretária de Planejamento, Vera Nascif, e o superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves, Manuel Martins, concordam com o posicionamento dos prefeitos. Eles defendem maior autonomia para aqueles que dirigem os municípios e o Codivit. "Apesar do tempo, ele ainda é viável, entretanto, precisa ser redefinido", assinalaram Vera Nascif e Manuel Martins. "Há necessidade de se tratar os problemas comuns em conjunto sem se atropelar a autonomia municipal. Trata-se de uma questão do exercício do poder", comentou o superintendente do IJSN.

Porque o Codivit não deu certo? Não funciona, embora os prefeitos o defendam, tendo interesse no seu funcionamento e reclamando por um planejamento integrado para a Grande Vitória como forma de encontrar caminhos e soluções para os problemas comuns. Eles mesmos não encontram uma resposta objetiva para o insucesso do Codivit. Na verdade, preferem se justificar acusando um ao outro. Vasco Alves de Oliveira Júnior (Vila Velha) fez críticas ao comportamento de João Batista Mota (Serra) e a sua forma de administrar o município. Mota se comporta da mesma maneira. O pre-

em conjunto e que os prefeitos reconheçam a necessidade de se fazer um desenvolvimento integrado", comentou Manuel Martins.

Para o superintendente do Instituto Jones Santos Neves, os municípios não têm condições técnicas de atuar sobre determinadas dificuldades, exigindo a participação de um organismo — que pode ser o Codivit — na busca de soluções. Na opinião da sub-secretária de Planejamento, Vera Nascif, já está passando da hora do planejamento integrado da Grande Vitória começar a funcionar. "Como separar a vida administrativa da vida real da população, quando são integradas?", pergunta Vera Nascif. Na opinião dela e de Manuel Martins, o que vem ocorrendo é conflito de interesses e de poder. "O melhor administrador da cidade é o próprio município, entretanto, alguns serviços têm que ser tratados de comum acordo", comentou Martins.

Manuel Martins defende a saída do Estado na formação do Codivit, por considerar sua participação autoritária e hegemônica. Entretanto, a subsecretária de Planejamento diz que é preciso fortalecer o município, redefinindo o papel do Estado como integrante do Conselho, sem anular sua função. Isto porque os órgãos concedentes dos serviços públicos — água, luz, telefone, — pertencem ao Estado. "O Codivit tem que ser revisto a partir dos municípios". O Codivit foi perdendo o seu poder de decisão na medida que os prefeitos deixavam de participar das reuniões", salienta o secretário do Planejamento, Orlando Caliman, que amplia a discussão defendendo a participação das comunidades no Codivit.

Viana

O prefeito de Viana, Demóstenes Carvalho, defende a imediata reativação do Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória. Na sua opinião, os problemas comuns — como a questão da disposição final do li-

velha e do transporte coletivo — devem ser tratados em conjunto. "Se trabalharmos juntos poderemos implantar na Grande Vitória a usina de reprocessamento do lixo", assinalou.

Nas reuniões do Codivit os assuntos e problemas comuns eram amplamente debatidos. "Mas não se resolvia nada. Os pareceres ficavam sempre a cargo do Instituto Jones Santos Neves ou da Coplan. Os prefeitos apenas participavam das reuniões. O Codivit só não deu certo porque faltou maior integração por parte dos prefeitos. Através do Conselho vamos encontrar um forte auxiliar", comentou Demóstenes.

Vila Velha

"Nós formamos uma grande cidade. Por causa disso os problemas comuns devem ser tratados de forma integrada". A opinião é do prefeito de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira Júnior, afirmando em seguida que o Codivit deixou de funcionar não por problemas políticos — que "são naturais" —, mas por questões eminentemente administrativas. "O Estado é a principal figura envolvida e o governo não assume a responsabilidade maior. Os problemas deixam de ser locais, passando a intermunicipais", salientou.

Para o prefeito de Vila Velha, o Estado deve instituir uma política para tratar dos problemas comuns da Grande Vitória. "O Codivit responde a esta nossa ansiedade", comentou. Para que ocorra uma integração mais harmoniosa dos municípios da Grande Vitória.

Esta proposta foi apresentada na última reunião do Codivit. "Acredito que o Conselho não foi à frente por causa dessa idéia, pois, se colocada em prática, haverá uma redução do poder do Estado e a ampliação do poder dos municípios. O conselho decide pela sua

para que ocorram economia de escalas. Na opinião dos prefeitos, o problema surge no varejo, mesmo assim a Ceasa tem cumprido seu papel.

maioria", argumentou Vasco, que também é presidente da Associação de Prefeitos do Espírito Santo e coordenador da Frente Municipalista no Estado.

Quando à decisão do governador Gerson Camata de deixar de lado o Codivit, Vasco Alves disse que o Estado tem a responsabilidade de tomar a iniciativa, uma vez que cabe a ele convocar os membros do Conselho para reunião. "O governo não tem interesse em reduzir parte do seu poder, por isso não altera a formação dos conselhos deliberativos dos órgãos públicos", reafirmou o prefeito de Vila Velha. Mais adiante, ele acusa o governo estadual de estar se omitindo, ao deixar de convocar os membros do Conselho. "A população não vai perdoar a nossa omissão".

Para Vasco Alves, o estado tem o dever de apresentar propostas que solucionem os problemas considerados comuns entre os municípios da Grande Vitória, de forma eficaz e rápida. "O Codivit pode ser o caminho, mas precisa ser redefinido", finalizou o prefeito de Vila Velha. Quanto a acusação de ter sido ele um dos responsáveis pelo insucesso do Codivit, Vasco refuta: "As questões políticas e divergências entre um prefeito e outro são naturais".

Por não existir um planejamento integrado de desenvolvimento da Grande Vitória, os municípios já estão sendo prejudicados, conforme o prefeito da Serra, João Batista Mota. "Não existem mais os municípios isolados, agora vivemos numa grande cidade. Temos que estar abertos para discutir os assuntos comuns em conjunto, sem divergências políticas. Integrar administrativamente a Grande Vitória é, hoje uma necessidade imperiosa", afirmou.

Alves de Oliveira Júnior, discorda do posicionamento de Mota e diz que isto não é assunto para ser tratado dentro do Codivit.

Ele também aponta como caminho mais curto o Codivit, desde que o órgão passe por alguns ajustes. "Acredito que por excesso de trabalho dos órgãos ligados ao governo, as decisões adotadas pelo Codivit não tiveram uma ação efetiva. E acabou sendo totalmente desarticulado". Para Mota, um dos graves problemas enfrentados pelos municípios da Grande Vitória — depois do transporte coletivo — é o código tributário não unificado. "Por causa disso estão ocorrendo erros imperdoáveis. Tem prefeito leiloando o índice de ISS com objetivo de atrair mais contribuintes. Isto prejudica o empresário, que passa a investir numa área mais longe do seu local de trabalho para obter mais vantagens", salientou Mota.

Na sua opinião, a participação do Estado no Codivit é importante, uma vez que hoje no Brasil só se consegue obras através dos governos federal e estadual. "O dinheiro está nas mãos deles. Só será diferente depois da reforma tributária", reclamou.

Até as eleições de 1982, nem todos os prefeitos da Grande Vitória pertenciam ao mesmo partido político do governador. Um fator ainda mais agravante é que Vitória não escolhia o seu prefeito. Esta situação criava dificuldades para o funcionamento e o êxito do Codivit. Atualmente, todos os dirigentes municipais são do PMDB e o prefeito da capital deixou de ser indicado, tendo sido eleito em novembro do ano passado.

Mesmo não conhecendo em detalhes o projeto que criou o Codivit, Hermes Laranja, de Vitória, diz que vai manter contatos com os demais prefeitos da região da Grande Vitória, com a finalidade de se reunirem para tratar dos problemas comuns a Vitória, Vila Velha, Serra, Viana e Cariacica.

das adotadas, o preço de uma ligação ainda é mais alto entre Serra e Vitória do que Vitória e Vila Velha.

"Nós não conseguiremos daqui por diante viver isoladamente, somente de forma integrada. Isoladamente, nenhum desses municípios conseguirá sobreviver", assinalou.

Questões de segurança e transporte coletivo foram apontadas pelo prefeito de Vitória como problemas básicos da Grande Vitória que necessitam de uma atuação conjunta para que sejam eficazes. Tanto ele quanto os outros prefeitos destacaram a Ceturb — Companhia de Transporte Urbano — como uma das primeiras iniciativas de se integrar a região, já considerada metropolitana. "Ela poderá equacionar o problema do transporte coletivo, mas sem interferir na autonomia municipal", dizem os prefeitos.

O interventor de Cariacica está há dois meses no cargo e só deverá permanecer até março de 1987. Claudionor Antunes, como Hermes Laranja, não chegou a ter oportunidade de participar de uma reunião coletiva dos prefeitos da Grande Vitória. "Um planejamento integrado e uma administração integrada entre os municípios que compõem a Grande Vitória são vitais para a região", assinalou Claudionor. Na sua opinião, Cariacica vive uma série de problemas — como, por exemplo, os loteamentos aprovados sem infraestrutura — que tornam o município bem diferente dos demais. Em função disso, ele diz que há necessidade de um melhor ordenamento urbano na região da Grande Vitória como um todo.

Por Vitória ser um empório abastecedor de negócios de toda a região, tornou-se o ponto convergente de todos os municípios da Grande Vitória. "Não sei porque, as coisas em Cariacica são sempre mais difíceis que em outros lugares. Acredito que com um desenvolvimento integrado se conseguirá atrair mais benefícios para o município".

Situação deixa Camata desanimado

Se depender do governador Gerson Camata, o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória (Codivit) não será reativado. Ele transferiu a responsabilidade para os prefeitos envolvidos na questão de Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica e Serra, — acusando-os de terem sido os culpados pelo não-funcionamento até hoje do Codivit. "Eu estou desanimado", confessou.

Embora tenha sido criado em 1977, o Codivit só se reuniu pela primeira vez em 31 de outubro de 1983. Por se tratar de um órgão eminentemente decisório, a presença dos prefeitos era imprescindível. Entretanto, nem todos compareciam às reuniões, ou então mandavam representantes, o que serviu para esvaziar a idéia inicial. "Não conseguimos fazer com que os interesses deles coincidissem sempre no mesmo dia", insinuou o governador.

Gerson Camata considera de grande importância para a região a

reativação do Codivit. No entanto, não está disposto a dar novamente o pontapé inicial. "Agora, se quiserem, os próprios prefeitos terão que se encarregar de reativar o conselho. Eu, pessoalmente, acho isso muito difícil", assinalou o governador. Ele evitou se estender muito na conversa sobre a integração dos municípios da Grande Vitória através de um organismo que fosse capaz de coordenar as atividades dos prefeitos, fazendo com que os problemas comuns fossem solucionados em conjunto.

O Codivit nasceu da necessidade de integrar os municípios da Grande Vitória na busca de soluções para os problemas comuns, harmonizando ações municipais e estaduais, através de um fundo para desenvolvimento da região. O crescimento desordenado de áreas urbanas de Vila Velha, Vitória, Cariacica, Serra e Viana, a situação estratégica da área como pólo de desenvolvimento estadual, o interesse do governo do Estado em promover e estimular o

crescimento da microregião de Vitória e o atual estágio de urbanização alcançado pelos municípios, destacam-se como motivos principais que estimularam a criação do conselho.

Em função das características peculiares da região e dos problemas comuns aos cinco municípios, tais como poluição, saúde, transporte, educação, abastecimento de água e telefone, já em 1965 — início do governo Cristiano Dias Lopes — se falava na criação de um organismo que fosse capaz de executar um planejamento integrado. O arquiteto Jolindo Martins Filho foi o primeiro a estimular o debate sobre o assunto. Ele expôs suas idéias ao governador da época, pretendendo com isso evitar o crescimento desordenado da área.

Ainda no governo de Cristiano surgiu a Comissão de Planejamento Integrado da Grande Vitória (Copi), que inicialmente funcionou nas dependências da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo

(Codes), precursora do Banco do Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Bandes). Até o fim do governo Cristiano Dias Lopes, a Copi funcionou regularmente, apesar de poucos recursos humanos e materiais. Ela era formada por um colegiado, englobando representantes do governo e das prefeituras.

Portanto, a proposta de um planejamento integrado para a Grande Vitória não consiste hoje em nenhuma novidade. Na administração do governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, a Copi cedeu lugar à contratação de um consórcio de consultoria técnica — Consórcio Planorte/ M. Roberto-Arquitetos —, ao qual coube a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) da Grande Vitória. No governo seguinte, de Elcio Álvares, no dia 8 de dezembro de 1977, foi assinada a lei estadual nº 3.176, que estabeleceu como região de desenvolvimento prioritário a constituída pelos

municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra, instituindo dessa forma o Conselho de Desenvolvimento Integrado (Codivit), que só se reuniu pela primeira vez em outubro de 1983, já na administração de Gerson Camata.

Objetivos

Apreciar e promover estudos, planos, projetos que se relacionem com o desenvolvimento integrado da aglomeração urbana da Grande Vitória, bem como acompanhar e coordenar a sua implantação com vistas à unificação dos serviços comuns, constituem algumas das competências básicas do Codivit. O Conselho considera como obras e serviços comuns aos municípios da Grande Vitória: saneamento básico e ambiental — especialmente água, esgoto, lixo e controle da poluição — transporte e sistema viário — principalmente vias estruturais e coletoras —, além da localização de terminais de passageiros e cargas.

Constam ainda como parte dos serviços comuns entre os municípios da Grande Vitória, a serem coordenados pelo Codivit, os seguintes setores: localização de núcleos habitacionais, industriais, equipamentos de turismo e lazer, áreas de urbanização prioritária e de recursos hídricos preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural e paisagístico.

Fazem parte do Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória os seguintes membros: secretário-chefe da Coordenação Estadual de Planejamento (na qualidade de presidente), secretários do Bem-Estar Social e do Interior e Transportes, prefeitos dos cinco municípios envolvidos e mais o diretor superintendente do Instituto Jones Santos Neves (IJSN). Ao presidente compete convocar as reuniões, que deveriam acontecer a cada dois meses. A lei prevê também a participação dos vereadores, porém, sem direito a voto.